Cadernos Macambira
V. 6, Nº 1, 2021. Página ***105*** *de* ***369. ISSN 2525-6580***
***Anais* IV Seminário Diversidade e Respeito às Diferenças – IV SEDIRD e I Encontro do Grupo de Pesquisa em Educação Especial na perspectiva da Inclusão Escolar**. 06 a 08 de outubro de 2020. Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes.
http://revista.lapprudes.net/

Eixo 3: Educação Formal e Informal de Estudantes com Deficiência Auditiva e Surdez

O ENSINO DA LIBRAS PARA CRIANÇAS SURDAS E OUVINTES EM SALAS DE AULA INCLUSIVAS

Danielle Matos Correia Ribeiro*[1] – UFRB

Cleidiane Maurício dos Santos[2]– IF Baiano

Jamille Arnaut Brito Moraes[3] – IF Baiano

Instituição Financiadora: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. *Autora correspondente: danielle.ribeiro@ufrb.com.br

RESUMO: Este artigo visa fazer explanações e análises críticas, sobre observações realizadas em uma escola especial em Santa Maria, RS/Brasil, no ano de dois mil e dezoito, na disciplina de Déficit Cognitivo, cadeira esta pertencente a grade curricular do curso de Educação Especial da UFSM. Esta escola possui, alunos jovens e adultos na sua grande maioria com Deficiência Intelectual (DI). Durante as cinco visitas realizadas, e o tempo observado foi latente a temática da sexualidade dentro da escola, justamente por se tratar de um alunado com idade, onde esse assunto normalmente começa a ser mais debatido. O argumento central, ou seja, nossa grande problematização defendida é que a pessoa com deficiência está relacionada geralmente ao rótulo incapacitante da deficiência, trazendo a invisibilidade e o não reconhecimento da sexualidade que eles manifestam, o que é uma premissa, pois as pessoas com deficiência têm sim, seus próprios desejos, isso é inato a todos os seres humanos. Este artigo analisa a contextualização dos alunos pertencentes a esta instituição em que muitas vezes seus desejos não são controlados dentro deste espaço escolar, e dos professores, que relatam que esse assunto os preocupa bastante, e mencionam a grande importância de esclarecimentos sobre educação sexual para diminuir riscos de infecções, gravidez indesejadas, dentre outras adversidades. A metodologia utilizada no trabalho foi a pesquisa qualitativa, tendo como suporte materiais como artigos pesquisados no campo da Sexualidade, Educação Sexual e Deficiência Intelectual. Esse trabalho está composto por algumas Concepções acerca da DI, em seguida discorremos sobre Sexualidade, Educação e DI, relacionando-as. Em um outro momento, vamos expor nossa vivência dentro da Escola Especial, junto dos alunos e professores, e se encaminhando para o final deste trabalho, nossas considerações finais sobre essas temáticas. Autores como Bortolozzi, Maia, Ribeiro e Moreira, dentre outros utilizados nesta pesquisa, nos deram suporte para concretizar nossas ideias sobre esse campo da sexualidade das pessoas com deficiência. Contudo, nossa conclusão se resume em acima de tudo normalizar esses tabus e preconceitos, trazendo cada vez mais informações as pessoas, que sim, as pessoas com deficiência, seja ela qual for, que a sexualidade desperta como em qualquer pessoa típica. E internalizar, que com orientações e informações, vindas da família, escola e de outros profissionais relacionados, este processo que é tão natural do ser humano, seja o mais saudável possível.

Palavras-chaves: Libras. Ensino. Crianças. Inclusão.

1 - Professora de Libras na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Campus Amargosa.
2 - Professora de Atendimento Educacional Especializado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, Campus Valença.
3 - Técnica em Assuntos Educacionais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, Campus Valença.

INTRODUÇÃO

A inclusão de surdos nas salas de aula de ensino regular e na sociedade como um todo tem sido alvo de inúmeras discussões e debates. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva estabelece que todos os alunos têm direito de estudar e aprender juntos, recebendo uma educação de qualidade e igualitária, não importando sua condição física, psicológica, social, cultural ou econômica (BRASIL, 2008). Dessa forma, a escola deve ser um espaço responsável por promover a inclusão em sua essência, levando sempre em consideração os direitos humanos, onde a diversidade e a igualdade caminham juntas, e a equidade deve estar presente em todas as ações. Nesse sentido, o ambiente escolar deve ser um lugar acessível a todos e a comunicação deve fluir em todos os espaços compartilhados, garantindo o desenvolvimento pleno dos alunos.

No Brasil, o movimento de inclusão surgiu a partir do final da década de 80 e início da década de 90, cujo objetivo inicial era o de fundir o ensino especial com o regular. Porém, ela só passou a ser discutida efetivamente após a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, realizada em Salamanca, tendo o Brasil, entre outros países, firmado o compromisso de reformular seu sistema. Neste novo sistema seria garantida a inclusão, através do acesso de pessoas com necessidades educacionais específicas no universo da escola comum, que garante juntamente com outros documentos o direito de todos à educação de qualidade. Esse movimento prega a reestruturação da escola, por meio de adequação da metodologia de ensino e aprendizagem, adaptações curriculares, formação de profissionais compatível com as necessidades dos estudantes, ou seja, do sistema de ensino como um todo (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

No tocante às escolas regulares que possuem crianças surdas e ouvintes matriculadas, a apropriação da Língua Brasileira de Sinais (Libras) é essencial para que o processo de comunicação e interação entre elas aconteça. Assim, a troca de experiências, informações e ideias se torna possível, aliada à inserção das crianças surdas em todo o processo de ensino e aprendizagem.

As crianças surdas brasileiras se comunicam através da Libras[2], a língua de sinais utilizada como meio de comunicação e expressão das comunidades surdas do Brasil. O reconhecimento da Libras pela Lei 10.436 em 24 de abril de 2002, que foi posteriormente regulamentada pelo Decreto 5.626 em 22 de dezembro de 2005 constitui um marco de extrema relevância na história da educação de surdos. Segundo o decreto mencionado é dever das instituições de ensino garantir obrigatoriamente às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em

[2] É importante destacar que há crianças surdas brasileiras vivendo em comunidades indígenas que utilizam uma língua de sinais própria, diferente da Libras, e outras ainda que desconhecem sua própria língua de sinais.

todos os níveis, etapas e modalidades de educação. Além disso, elas devem apoiar, na comunidade escolar, o uso e a difusão de Libras entre professores, alunos, funcionários, direção da escola e familiares (BRASIL, 2005).

Desde a educação infantil, é obrigatória a oferta do ensino de Libras e também da Língua Portuguesa, como segunda língua (L2) para alunos surdos. Na tentativa de colaborar com esta regulamentação, este trabalho apresenta as atividades de um projeto de extensão que promoveu o ensino da Libras em duas salas de aula inclusivas do ensino fundamental, onde havia crianças surdas e ouvintes, realizado na Escola Municipalizada Dr. Elísio Pimentel Marques, na cidade de Valença, Bahia.

O projeto de extensão, financiado pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Extensão (PIBIEX) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano), *Campus* Valença, em parceria com a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), veio ao encontro das necessidades da comunidade surda. Sendo assim, além de possibilitar a interlocução do Instituto e da Universidade com outras instituições de ensino, o projeto se propôs a atender às necessidades comunicativas das crianças, promovendo a aprendizagem de uma segunda língua (L2) para as crianças ouvintes e avanços na aprendizagem de primeira língua (L1) para as crianças surdas.

A opção metodológica adotada foi a pesquisa-ação, pois o projeto previa uma intervenção no contexto escolar, logo, se tratou de uma observação participante. Como instrumentos metodológicos, foi utilizada a gravação de vídeos e os registros em fotografia, pois estes contribuíram de maneira eficaz para a constatação do desenvolvimento das crianças na aprendizagem da Libras e das contribuições para a construção da cultura e identidade das crianças surdas. A coleta de dados se pautou no que compreendem os autores Pinheiro, Kakehashi e Angelo (2005), que vêem na evolução dos recursos tecnológicos de captação de imagens e sons a possibilidade da realização de videogravações. As imagens gravadas permitem revisões várias vezes, tornando possível a observação e coleta das informações de maneira mais precisa, dando maior credibilidade ao estudo. As videogravações serão realizadas por meio de filmadora digital pessoal.

Nesse contexto, tendo como eixo temático "Práticas pedagógicas com estudantes público da educação especial e/ou com necessidades específicas", este relato foi estruturado em etapas que contemplaram a contextualização da escola, dos sujeitos envolvidos e da própria equipe executora; seguida da descrição da experiência, em que foram apresentadas as atividades realizadas na escola, as dificuldades enfrentadas, bem como foi abordada a atividade de culminância do projeto.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A realização deste projeto de extensão originou-se de uma iniciativa que as servidoras integrantes[3] do Napne (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais) do IF Baiano apresentaram à Secretaria Municipal de Educação do Município de Valença com o intuito de promover a difusão e uso da Libras, conforme estabelece o artigo 2º,

[3] Na época, Danielle Matos era servidora do IF Baiano e compunha o Napne do *campus* Valença.

da lei 10.436/2002:

> Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil (BRASIL, 2002).

Esta mobilização promoveu ações voltadas para inclusão, conforme preconiza o PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) do próprio IF Baiano.

1. A escola

A Escola Municipalizada Dr. Elísio Pimentel Marques é uma instituição que oferece formação para os anos iniciais do ensino fundamental. A fim de atender ao Plano Municipal de Educação, ela integra um projeto-piloto que foi planejado para ser uma escola bilíngue e que possibilita a inclusão no ambiente escolar. Por ser localizada no centro do município de Valença (BA), esta escola foi escolhida para reunir todas as crianças surdas, que estudavam em diferentes escolas municipais da cidade. Assim, seria possível concentrar esforços e buscar os meios adequados para que a inclusão dessas crianças pudesse acontecer de fato, no compartilhar dos mesmos espaços educacionais, na promoção de um ensino de qualidade para todos, na valorização e no respeito à diversidade e às diferenças.

2. Os sujeitos envolvidos

O público-alvo do projeto envolveu crianças surdas e ouvintes em um mesmo contexto de escolarização do Ensino Fundamental. Na escola havia sete crianças surdas matriculadas, distribuídas em três salas de aula inclusivas, quais sejam: três no 2° ano, no turno matutino; três no 3° ano, no turno vespertino; e uma no 4° ano, no turno vespertino. A faixa etária dessas crianças variava entre oito e catorze anos de idade, compreendeu um total de quarenta e quatro crianças.

Inicialmente, a escola dispunha de um tradutor/intérprete de Libras, que mediava a comunicação apenas nas salas do 2° e 3° anos. Em um momento posterior, a escola passou a contar com a presença de uma tradutora/intérprete de Libras também na turma do 4º ano.

Com relação ao conhecimento acerca da Libras, as crianças ouvintes demonstraram pouco conhecimento. Algumas tiveram contato com o Alfabeto Manual e conseguiam construir seus nomes. No entanto, apesar de não saberem muito acerca dessa língua, a grande maioria demonstrou interesse em aprender, o que facilitou muito a execução do projeto. As crianças surdas, por sua vez, apresentaram praticamente o mesmo nível de aquisição da Libras, apesar das diferentes faixas etárias que possuíam. Todas elas nasceram em contexto familiar de pessoas ouvintes que não tiveram acesso à Libras, o que comprometeu, de maneira significativa, o processo de aquisição da língua de sinais. Assim, a apropriação de maneira precária da sua própria língua dificulta o seu desenvolvimento pleno nos processos comunicativos.

Convém destacar que as professoras regentes das salas de aula inclusivas onde estavam matriculadas as crianças surdas não possuíam conhecimentos linguísticos prévios acerca da Libras e das particularidades dessas crianças. O processo de ensino e aprendizagem era essencialmente mediado pelo tradutor/intérprete de Libras na sala de aula. Além disso, os funcionários e demais profissionais da escola não sabiam a língua de sinais, o que impossibilitava a comunicação entre eles e as crianças surdas.

3. A equipe executora

A equipe executora foi composta pela professora de Libras da UFRB, Danielle Matos Correia Ribeiro; pela professora de Atendimento Educacional Especializado (AEE), Cleidiane Maurício dos Santos; pela Técnica em Assuntos Educacionais, Jamille Arnaut Brito Moraes, ambas integrantes do Napne (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais) do IF Baiano, *campus* Valença; bem como pela discente Airan Silva Souza Nascimento, regularmente matriculada no Curso de Meio Ambiente (Subsequente – Noturno) do IF Baiano, ofertado pelo *campus* Valença.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Este projeto de extensão foi elaborado, intencionalmente, para ser desenvolvido em salas de aula inclusivas, a partir da ministração de aulas de Libras de maneira expositiva e prática. Inicialmente, foi realizado um encontro com gestores e docentes da escola para apresentação da proposta e após sua aprovação, os familiares/responsáveis dos(as) estudantes foram convidados à escola para a socialização dos objetivos do projeto. Por conseguinte, após a anuência dos responsáveis e liberação da escola, foram definidos os sujeitos da investigação: crianças surdas e ouvintes matriculadas nas turmas inclusivas.

No dia 04 de junho de 2019, o projeto de extensão iniciou suas atividades. Em um primeiro momento, foi realizado um levantamento bibliográfico para a escolha dos conteúdos a serem ministrados, para a preparação de materiais e aulas de Libras. Em seguida, iniciaram-se os encontros semanais na Escola Municipalizada Dr. Elísio Pimentel Marques, que duraram cerca de 4 (quatro) meses. Semanalmente, foi realizado em cada turma (turnos matutino e vespertino) um encontro com duração de 1 (uma) hora e meia, às quintas-feiras. Este período de execução das aulas práticas sinalizadas foi concluído no dia 12 de dezembro de 2019. No entanto, o atual projeto ainda não foi finalizado, em razão de sua prorrogação e posterior suspensão do cronograma dos Projetos do PIBIEX 2019, em decorrência da pandemia do Coronavírus. À medida que as atividades do IF BAIANO e UFRB retornarem à normalidade, o projeto dará continuidade para cumprimento de suas etapas finais.

Para desenvolver esse projeto, a opção metodológica adotada foi a pesquisa-ação, já que as pesquisadoras (educadoras) e os participantes representativos do problema estiveram envolvidos de forma cooperativa e participativa (GIL, 2008). Por conseguinte, como esta atividade propunha uma intervenção no contexto escolar, ela se tratou de uma observação participante. Foram adotados como instrumentos metodológicos a gravação de vídeos e os

registros em fotografia, os quais possibilitaram o registro das informações e a constatação do conhecimento em construção.

1. Atividades realizadas na escola

Nos encontros formativos foram trabalhados conteúdos introdutórios voltados para comunicação em Libras, de acordo com a faixa etária atendida, por meio de aulas práticas, expositivas e participativas. Em todas as aulas, os alunos executavam sinais em Libras no intuito de desenvolver a prática da sinalização, que permitia o desenvolvimento preliminar em Libras. Como parte do processo de ensino e aprendizagem, foram desenvolvidas atividades lúdicas durante a execução das aulas, para torná-las mais significativas e permitir o acompanhamento do aprendizado dos estudantes envolvidos no projeto.

Nesse sentido, foram realizadas brincadeiras em grupo e utilizados jogos didáticos para a aquisição de sinais pertencentes aos mais diversos campos semânticos da Libras (frutas, profissões, animais, entre outros). As aulas práticas foram estruturadas com atividades lúdicas de diversas naturezas. Estas atividades promoveram a mobilização da escola, pois alguns funcionários, docentes e discentes paravam nas janelas das salas, instigados pela curiosidade e interesse em conhecer um pouco mais da Libras e do universo das crianças surdas.

Dentre as atividades propriamente realizadas em classe, foram utilizados jogos em Libras, que promoviam a correspondência de imagens, letras e números com a Libras. Também foi realizada a tradução de músicas solicitadas pelas próprias crianças e cantadas por elas, através da interpretação da professora Danielle. Outra atividade importante foi o telefone sem fio, esta tradicional e divertida brincadeira infantil. Nela, uma criança transmitia uma determinada frase em Libras para outra que estivesse ao seu lado, assegurando que os demais participantes não pudessem ver a frase sinalizada. Esta frase secreta era repassada para cada participante, individualmente, até chegar à última criança que reproduzia a frase em Libras para todos. Também foi realizada uma gincana em comemoração ao Dia das Crianças, compreendendo brincadeiras como boliche, correspondência de palavras em Libras referentes ao campo semântico já trabalho em classe, dentre outras atividades. Essas atividades desenvolvidas em classe foram organizadas para auxiliar na compreensão dos conteúdos das duas turmas, e por isso mesmo elas sofriam adaptação para as distintas turmas, em razão das peculiaridades próprias do processo de ensino e aprendizagem.

Convém apontar que o projeto contemplou momentos de planejamento de atividades, de confecção de materiais didáticos, voltados para a aquisição da Libras, para a execução das ações previstas. Em cada encontro havia uma atividade planejada para realização em classe e, eventualmente, para realização em casa. Além das atividades escritas, também foram produzidos jogos com materiais reciclados e lúdicos como o dado de Libras, para trabalhar o alfabeto manual; o boliche, em cores diversas, para trabalhar os sinais em Libras; máscaras de EVA para representar os animais abordados na dramatização, dentre outros.

Houve também momentos de formação da própria equipe executora com a professora de Libras (Danielle Matos) com as demais integrantes do projeto, conforme a necessidade prevista em cada encontro diário com os beneficiários do projeto desenvolvido. Estas

atividades elencadas à equipe executora compreenderam a participação tanto das servidoras quanto da discente bolsista para atuação em sala de aula com as crianças.

Foi utilizada como estratégia de ensino e aprendizagem a contação da história do clássico infantil "O casamento da Dona Baratinha", através da qual as crianças tiveram a oportunidade de reproduzi-la na culminância do projeto por meio da produção de um vídeo em Libras. Esta metodologia contribuiu de maneira eficaz, tanto para a aquisição de novos sinais em Libras quanto para o desenvolvimento cognitivo das crianças. Além disso, ao término do projeto, foram feitas atividades que continham desenhos sem o português na modalidade escrita, a fim de promover a concentração, a imaginação e a criatividade dos estudantes.

Algumas atividades lúdicas e práticas pedagógicas desenvolvidas durante a execução do projeto foram registradas em vídeo e em fotos, como a brincadeira de telefone sem fio, a gincana realizada em homenagem ao dia das crianças, dentre outras. Tais recursos serviram para identificar em que estágio de desenvolvimento da língua estas crianças se encontravam, bem como orientou a equipe executora a planejar as aulas, de acordo com as especificidades das turmas envolvidas.

Como se tratavam de turmas 2º e 3º anos do Ensino Fundamental, algumas crianças ainda apresentavam dificuldades em relação ao domínio de conteúdos básicos do processo de alfabetização da Língua Portuguesa Em diversos momentos, no uso dos jogos, foi perceptível o grande interesse e envolvimento das crianças nas brincadeiras e atividades lúdicas. Por conseguinte, a aprendizagem da Libras favoreceu a ampliação do conhecimento da Língua Portuguesa para algumas crianças. Conforme Silva (2013)

> Atualmente observa-se a necessidade da ludicidade está sempre presente no cotidiano escolar e isso vem contribuindo com as concepções psicológicas e pedagógicas do desenvolvimento infantil. Dessa forma as atividades lúdicas ajudam a vivenciar fatos e favorecer aspectos da cognição. Brincadeiras e jogos podem e devem ser utilizados como uma ferramenta importante para o auxílio do ensino aprendizagem bem como para que se estruturem os conceitos de interação e cooperação. (SILVA,2013, p.2)

As crianças envolvidas no projeto possuíam uma real necessidade de ter um momento descontraído, de poder brincar e interagir. Assim, o período que era dedicado à Libras, na escola, se transformou em uma oportunidade de aprender se divertindo. Isso nos fez perceber o quanto a ludicidade foi importante para o ensino e aprendizagem da Libras.

Cada educando foi acompanhado de forma individual, bem como foram desenvolvidas atividades avaliativas ao longo de toda a duração do projeto, em uma perspectiva de avaliação continuada e formativa. Esse processo avaliativo favoreceu não somente a avaliação do processo de ensino e da aprendizagem, como também a coleta de dados (ou registro dos dados obtidos/ gerados) para a análise dos resultados alcançados.

2. Dificuldades enfrentadas

Ao longo do desenvolvimento da ação extensionista, algumas dificuldades foram enfrentadas, a saber: o número de alunos em cada turma, a heterogeneidade apresentada por estes sujeitos e a relação implicada pela presença de novas pessoas no contexto escolar, representadas pela equipe executora do projeto.

Na turma de 2º ano, os estudantes apresentavam muitos conflitos interpessoais e indisciplina, situação que favorecia uma dispersão maior no momento das atividades propostas e compreensão do conteúdo explanado. Dessa forma, ao passo que a execução do projeto avançava, as turmas do matutino e vespertino ficavam em descompasso no tocante ao aproveitamento dos conteúdos, ainda que o planejamento fosse similar no início. Durante a preparação e execução do projeto, as atividades precisavam ser adaptadas para as diferentes turmas, já que na turma do 3º ano havia um melhor aproveitamento dos conteúdos abordados. Vale destacar que as duas turmas apresentam perfis distintos, já que os alunos da manhã tinham um comportamento indisciplinado nos demais momentos, não somente no horário do projeto.

Nas duas turmas enfrentamos outras dificuldades como a falta de assiduidade de alguns estudantes, pois alguns ouvintes e surdos faltavam aos encontros. Além disso, algumas crianças não estavam alfabetizadas no português, o que às vezes dificultava a execução de algumas atividades previstas, como aquelas que envolviam a leitura e a escrita. Portanto, algumas delas sofreram modificações.

Por fim, cabe destacar que a escola disponibilizou somente 1(uma) hora para a realização do projeto. No entanto, esse tempo foi ampliado para 1(uma) hora e meia, por conta das atividades executadas e do despertar do interesse dos envolvidos. O projeto de extensão chamou a atenção da escola como um todo, pois os funcionários ficavam na janela das salas em que ocorriam os encontros observando as atividades do projeto. Por vezes, percebemos que alguns deles tentavam executar alguns dos sinais que estavam sendo ensinados na sala de aula.

As atividades desenvolvidas, ainda que tenham apresentado dificuldades, por outro lado, atenderam aos objetivos propostos pelo projeto e tiveram um bom aproveitamento pelas crianças, servidores e funcionários da escola, que indiretamente participaram.

3. Culminância do Projeto

A culminância do projeto de extensão aconteceu nas dependências do *campus* Valença, do IF Baiano, no dia 12 de dezembro de 2019, envolvendo os alunos, servidores e funcionários das turmas atendidas, da Escola Municipalizada Dr. Elísio Pimentel Marques. Cada turma que participou do projeto de extensão produziu um tipo de atividade envolvendo a Libras, como conclusão. Assim, os alunos do 2º ano fizeram uma apresentação musical em Libras envolvendo a canção “Era uma vez” (interpretada por Kell Smith) e os alunos do 3º ano realizaram a dramatização da peça teatral “Dona Baratinha” também em Libras.

Esta atividade de culminância, a partir das apresentações realizadas em Libras pelas crianças em outro espaço permitiu, além da aprendizagem desta língua, a extrapolação da presença destes alunos(as) para além do ambiente da sala de aula e o fortalecimento das

ações da extensão para todas as instituições de ensino envolvidas neste projeto. No encerramento das atividades do projeto, houve a participação da família das crianças, das professoras das turmas, do tradutor/intérprete de Libras e da diretora da escola. Alguns funcionários do IF Baiano, *campus* Valença, também compuseram a plateia das atividades de culminância resultantes do projeto de extensão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A execução deste projeto demonstrou a sua relevância, a despeito das dificuldades enfrentadas em seu desenvolvimento. Ele conseguiu alcançar o objetivo de atender às necessidades básicas comunicativas das crianças surdas em um contexto de sala de aula inclusiva, a partir da aprendizagem de uma segunda língua (L2) para as crianças ouvintes e avanços na aprendizagem de primeira língua (L1) para as crianças surdas.

Destaque-se também que este projeto permitiu a interlocução do Instituto e da Universidade com outras instituições de ensino e com a comunidade surda, uma vez que foi realizado em uma escola que apresenta salas de aula inclusivas. Já que as atividades foram desenvolvidas na própria escola em que as crianças estudam, o locus desta ação possibilitou a permanência de grande parte das crianças no projeto.

Ademais, o atual projeto também possibilitou o engajamento da discente bolsista do IF Baiano, em atividades que extrapolam o ambiente da sala de aula, para complementar as experiências de aprendizagem na escola. Nesse sentido, cabe destacar o importante papel da extensão no atendimento às demandas da comunidade surda e que ainda teve efeitos positivos às crianças ouvintes, pois elas tiveram acesso à aquisição de uma nova língua para a comunicação. Desta forma, este projeto pressupõe a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, à medida em que articula a democratização do conhecimento e seu objetivo precípuo de ser socialmente relevante, através de uma pesquisa-ação pautada na inclusão de pessoas com necessidades específicas.

O acompanhamento e a avaliação, desse projeto de extensão visou identificar, durante seu processo de execução, seus principais pontos fortes e fracos. Esse acompanhamento foi pautado no impacto social desta ação extensionista na comunidade envolvida e no diagnóstico da avaliação formativa do projeto. Logo, a avaliação do projeto foi realizada durante todo o processo de formação, por meio da audição dos seus proponentes a respeito das potencialidades e fragilidades em sua execução; pela participação da estudante bolsista e pelo desempenho da aprendizagem da turma.

Ao passo que a avaliação da aprendizagem das crianças acontecia, foi perceptível o seu interesse nas atividades do projeto, especialmente por meio do uso da ludicidade. Também ocorreu um envolvimento, direto, das docentes e intérpretes das turmas, bem como indireto, de outros servidores, funcionários e alunos da escola.

Sendo assim, os resultados desta ação permitiram uma maior visibilidade da criança surda, refletida na interação com as crianças ouvintes. Vale ressaltar que, mesmo havendo tradutor/intérprete na sala, as crianças desconheciam o sinal dos colegas e os surdos ainda não haviam atribuído sinais para eles. A partir dessas vivências, surgiram novas possibilidades

e oportunidades educacionais, necessárias para o fortalecimento da cidadania, dos direitos individuais e da autoestima dos seus beneficiários. Neste sentido, é importante salientar que a necessidade de promoção da comunicação entre pessoas surdas e ouvintes através da Língua Brasileira de Sinais (Libras) não é somente relevante no ambiente escolar, mas também servirá para outros contextos sociais onde se faz necessária a comunicação e a garantia do direito à acessibilidade comunicacional. Dessa forma, tal projeto buscou colaborar para que a barreira da comunicação existente entre as crianças surdas e ouvintes fosse minimizada, e mais pessoas pudessem ter acesso à Libras, estabelecendo-se, a partir disso, uma nova realidade de interação e inclusão social, onde as diferenças sejam aceitas, valorizadas e respeitadas. Ferreira Brito (1993, p. 75), ao citar Terje Basilier, afirma que

> [...] quando eu aceito a língua de outra pessoa, eu aceito a pessoa. Quando eu rejeito a língua, eu rejeitei a pessoa porque a língua é parte de nós mesmos. Quando eu aceito a língua de sinais, eu aceito o surdo, e é importante ter sempre em mente que o surdo tem o direito de ser surdo.

A Libras, segundo Gesser (2009), é a língua que traduz a cultura e as múltiplas identidades dos surdos brasileiros, bem como seus hábitos e costumes, o jeito peculiar de viver do povo Surdo, o viver no silêncio, suas percepções de mundo e experiências puramente visuais (PERLIN, 2004). Através da Libras, as crianças surdas aprendem sobre as particularidades do universo ao qual pertencem, tendo a possibilidade de se construírem enquanto sujeitos. Assim, elas podem aprender mais sobre a cultura do seu povo e sobre as especificidades da sua língua natural. Para Strobel (2008, p. 29),

> Cultura surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável ajustando-o com suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas. [...] Isso significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo.

Destarte, deve ser garantida à criança surda o ensino da sua própria língua no seu ambiente escolar inclusivo. Além disso, no contexto de salas de aula inclusivas, as crianças ouvintes também necessitam aprender para então utilizar a Libras enquanto instrumento de comunicação com seus colegas surdos, pois uma vez inseridos nesse espaço, é necessário que se estabeleça uma relação entre elas e o convívio social.

A pontual experiência dessas crianças neste projeto permitiu uma ressignificação dos processos comunicativos entre esses sujeitos no ambiente escolar e poderá reverberar em relações futuras. Isto porque ela correspondeu a um pontapé inicial de possibilidades infinitas na inserção da cultura surda e amplia não somente o repertório vocabular, mas, especialmente, o de pensar e ressignificar as experiências da vida em sua própria língua, um direito que lhes deve ser assegurado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n.o 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei n.o 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: < HYPERLINK "http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm"http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm>. Acesso em: 26 ago. 2020.

BRASIL. Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: < HYPERLINK "http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm"http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm>. Acesso em: 26 ago. 2020.

BRASIL. **Política Nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, MEC, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br /seesp/arquivos /pdf/ politica.pdf>. Acesso em 26 de ago. 2020.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca-Espanha.

FERREIRA BRITO, Lucinda. **Integração social & educação de surdos**. Rio de Janeiro: Babel, 1993.

GESSER, A. **LIBRAS?** Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. 1a. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PERLIN, Gladis. **O Lugar da Cultura Surda**. *In:* THOMA, Adriana da Silva e LOPES, Maura Corcini (orgs), A Invenção da Surdez: Cultura, alteridade, Identidade e Diferença no campo da educação, Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2004.

PINHEIRO, E.M.; KAKEHASHI, T.Y.; ANGELO, M. **O uso de filmagem em pesquisas qualitativa**s. In: Rev Latino-amEnfermagem, set.-out. 2005; vol.13 n.5, p.717-22. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/rlae/v13n5/v13n5a16.pdf. Acessado em: 26 ago. 2020.

SILVA, Ana Maria. **Ludicidade**: Construindo a aprendizagem das crianças. Disponível em:http://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/50878/a-ludicidade-construindo-aaprendizagem-de-criancas-na-educacao-infantil. 2013<Acesso em: 11/09/2020>.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 4ª edição. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008, p.29.